



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

ANO XIII - Edição nº 2134 - 16 de novembro de 2023



Mesa Diretora

Presidente: Deputado **Roberto Cidade**
1º Vice-Presidente: Deputado **Carlinhos Bessa**
2ª Vice-Presidente: Deputada **Alessandra Campêlo**
3ª Vice-Presidente: Deputado **Felipe Souza**
Secretário-Geral: Deputado **João Luiz**
1º Secretário: Deputado **Abdala Fraxe**
2ª Secretária: Deputada **Joana Darc**
3º Secretário: Deputado **Cabo Maciel**
Ouvidor: Deputado **Sinésio Campos**
Corregedor: Deputado **Dr. Gomes**

20ª Legislatura

Deputado **Abdala Fraxe**
Deputado **Adjuto Afonso**
Deputada **Alessandra Campelo**
Deputado **Cabo Maciel**
Deputado **Carlinhos Bessa**
Deputado **Cristiano D'Angelo**
Deputado **Comandante Dan**
Deputado **Daniel Almeida**
Deputada **Débora Menezes**
Deputado **Delegado Pércicles**
Deputado **Dr. George lins**
Deputado **Dr. Gomes**
Deputado **Felipe Souza**
Deputada **Joana Darc**
Deputado **João Luiz**
Deputado **Mário César Filho**
Deputada **Dra. Mayara Pinheiro**
Deputada **Mayra Dias**
Deputado **Roberto Cidade**
Deputado **Rozenha**
Deputado **Sinésio Campos**
Deputado **Thiago Abraham**
Deputado **Wanderley Monteiro**
Deputado **Wilker Barreto**

Comissões Permanentes

Comissão de Constituição, Justiça e Redação
E-mail: ccjr@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Econômicos
E-mail: com.cae@aleam.gov.br

Comissão de Agricultura, Pecuária, Pesca, Aquicultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural
E-mail: comapa@aleam.gov.br

Comissão de Política Sobre Drogas, Cidadania, Assuntos Indígenas e Legislação Participativa
E-mail: com.sobredrogas@aleam.gov.br

Comissão de Transporte, Trânsito e Mobilidade
E-mail: com.tmu@aleam.gov.br

Comissão de Defesa do Consumidor
E-mail: comissao.defesadoconsumidor@aleam.gov.br

Comissão de Direitos Humanos, Pessoa com Deficiência e Promoção Social;
E-mail: cdhpdps@aleam.gov.br

Comissão de Educação
E-mail: com.educacao@aleam.gov.br

Comissão de Esporte e Lazer
E-mail: comissaodeesporteelazer@aleam.gov.br

Comissão de Obras, Patrimônio e Serviços Públicos
E-mail: com.opsp@aleam.gov.br

Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento
E-mail: comunder@aleam.gov.br

Comissão de Indústria, Comércio e Zona Franca
E-mail: ciczf@aleam.gov.br

Comissão Turismo, Fomento e Negócios
E-mail: ctur@aleam.gov.br

Comissão da Mulher, da Família e da Pessoa Idosa
E-mail: com.mfi@aleam.gov.br

Comissão de Geodiversidade, Recursos Hídricos, Minas, Gás, Energia e Saneamento
E-mail: cgeodiversidade@aleam.gov.br

Comissão de Segurança Pública
E-mail: com.spública@aleam.gov.br

Comissão de Saúde e Previdência
E-mail: csaudeprevidencia@aleam.gov.br

Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação, Informática e Inovação
E-mail: cctec@aleam.gov.br

Comissão de Promoção ao Desporto e Defesa dos Direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens
E-mail: cjca@aleam.gov.br

Comissão de Proteção aos Animais, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
E-mail: cpama@aleam.gov.br

Comissão de Cultura e Economia Criativa
E-mail: com.cec@aleam.gov.br

Comissão de Empreendedorismo, Comércio Exterior e Mercosul
E-mail: cecem@aleam.gov.br

Comissão de Assistência Social e Trabalho
E-mail: com.ast@aleam.gov.br

Comissão de Ética
E-mail:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS

EXPEDIENTE

DIRETORIA DE INFORMÁTICA

Responsável pela criação, organização das matérias para publicação e edição do Diário Oficial Eletrônico

EDIÇÃO
Moisés Fernandes Nunes Jr

DIRETOR DE INFORMÁTICA
Renato da Silva Bueno

DIRETOR GERAL
Wander Araújo Motta

PORTARIAS**PORTARIA N.º 427/2023/DG**

CONCEDER à servidora, MARIA DAS GRAÇAS SILVA LINS, 90 (noventa) dias de LICENÇA ESPECIAL, nos termos do artigo 78 da Lei nº 1762 de 14.11.1986, referente ao quinquênio de 01.06.2018 a 31.05.2023, no período de 04.12.2023 a 02.03.2024.

CONCEDER à servidora, MONICA PEREZ SEREJO DE MELO, 90 (noventa) dias de LICENÇA ESPECIAL, nos termos do artigo 78 da Lei nº 1762 de 14.11.1986, referente ao quinquênio de 01.05.2018 a 30.04.2023, no período de 17.11.2023 a 14.02.2024.

INTERROMPER, a contar de 06 de novembro de 2023, a LICENÇA ESPECIAL, concedida à servidora IZAUINA MARIA SILVA DANTAS, pela portaria nº 392/2022/DG, publicada no DOE nº 2.116 de 06.10.2023, referente ao quinquênio de 09.03.2015 a 08.03.2020.

INTERROMPER, a contar de 01 de novembro de 2023, a LICENÇA ESPECIAL, concedida ao servidor JOSÉ ADRIANO CASTRO DE OLIVEIRA JUNIOR, pela portaria nº 403/2023/DG, publicada no DOE nº 2.121 de 20.10.2023, referente ao quinquênio de 01.06.2012 a 31.05.2017.

PORTARIA N.º 428/2023/DG

CONCEDER 30 (trinta) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor ALBERTO CESAR DE SOUZA ARAÚJO, conforme Laudo Médico N.187/2023, datado de 01.11.2023, no período de 30.10.2023 a 28.11.2023, nos termos dos artigos 65 item I e 68 da Lei nº 1762, de 14/11/86.

CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde ao servidor JOSÉ EDIVAL CAVALCANTE LIMA, conforme Laudo Médico N.188/2023, datado de 06.11.2023, no período de 03.11.2023 a 01.01.2024, nos termos dos artigos 65 item I e 68 da Lei nº 1762, de 14/11/86.

CONCEDER 05 (cinco) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora ANA CATARINA MENDONÇA ISRAEL, conforme Laudo Médico N.189/2023, datado de 07.11.2023, no período de 06.11.2023 a 10.11.2023, nos termos dos artigos 65 item I e 68 da Lei nº 1762, de 14/11/86.

CONCEDER 60 (sessenta) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora MARIA FRANCINETE PEREIRA DE OLIVEIRA, conforme Laudo Médico N.190/2023, datado de 10.11.2023, no período de 10.11.2023 a 08.01.2024, nos termos dos artigos 65 item I e 68 da Lei nº 1762, de 14/11/86.

CONCEDER 04 (quatro) dias de Licença para Tratamento de Saúde à servidora TELMA ALMEIDA DA CRUZ, conforme Laudo Médico N.192/2023, datado de 10.11.2023, no período de 06.11.2023 a 09.11.2023, nos termos dos artigos 65 item I e 68 da Lei nº 1762, de 14/11/86.

Deputado **CARLOS EDUARDO BESSA DE SÁ**
Vice-Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

PORTARIA N.º 2641/2023/GP

AUTORIZAR viagem à servidora, LIDIANE OLIVEIRA MOTA, RPD Nº 946/2023-DG e Processo Digital nº 2023.10000.00000.0.003144, para a Cidade de São Paulo/SP, no Percurso MANAUS/SÃO PAULO/MANAUS.

PORTARIA N.º 2642/2023/GP

AUTORIZAR viagem ao Servidor, DIEGO SANTOS DA MOTA, RPD Nº 949/2023-DG e Processo Digital nº 2023.10000.00000.0.003145, para a Cidade de Brasília/DF, no percurso MANAUS/BRASÍLIA/MANAUS.

Deputado **ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**
Presidente

WANDER ARAÚJO MOTTA
Diretor Geral

**ATAS DE REUNIÕES DA COMISSÃO DE
GEODIVERSIDADE, RECURSOS HÍDRICOS, MINAS, GÁS,
ENERGIA E SANEAMENTO**

ATA DA REUNIÃO – DEBATE E ENCAMINHAMENTO DE PROVIDÊNCIAS SOBRE AS SOBREPOSIÇÕES DO ESTADO E DA UNIÃO E SEUS IMPACTOS NO SISTEMA CAR E SIGEF. MANAUS, 25 DE OUTUBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS

Às quatorze horas do dia vinte e cinco de outubro de dois mil e vinte e três, no auditório Beth Azize, foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Senhor Presidente alegou que a reunião técnica foi motivada para debater e encaminhar providências sobre as sobreposições do Estado e da União e seus impactos no sistema CAR e SIGEF. Em seguida, o deputado Sinésio Campos, discursou brevemente sobre o tema da reunião, que trata sobre a sobreposição de áreas do estado e da união que estejam relacionadas ao sistema CAR e SIGEF, inclusive afetando certa parte da atividade do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM. Dissertou que todos os órgãos junto com a parceria privada devem buscar soluções para os problemas. Logo depois, o Sr. João Rodrigues, representante da empresa MIL MADEIRAS, agradece o convite feito pelo deputado Sinésio Campos. Comunica que a Mil Madeiras iniciou suas atividades no município de Itacoatiara em 1993, e cita que o primeiro plano de manejo foi aprovado em 1994 e que estão a mais de 30 anos no Estado de Amazonas. Dissertou sobre o grande gargalo atualmente é a febre do carbono e que esse é um dos motivos para a sobreposição de terras. Exemplifica uma situação dentro da própria área da empresa, que eram lotes do governo, que foram deixadas intactas e posteriormente foram sobrepostas por um terceiro. Denuncia que existe uma "gangue" que faz as regularizações de certas áreas. Solicita apoio por parte do INCRA para resolver essa situação quanto ao SIGEF. Dando continuidade, o Sr.

Felipe, representante da empresa ENEVA S.A, faz um breve resumo sobre as atividades da empresa e demais localidades em que estão instaladas. Comunica que a situação fundiária é um dos principais entraves para dar um início ao trabalho, visto que o problema da sobreposição no dia a dia atrapalha bastante a vida do IPAAM que está licenciando, INCRA e do empreendedor. Disserta que existe todo um trabalho de registro de matrícula em cartório, e quando se dá o processo de licenciamento, encontra-se uma sobreposição de alguém que fez uma autodeclaração que muitas das vezes está infundada. Coloca a empresa a disposição para a resolução do problema. Seguindo a pauta da reunião, o Sr. Moranne, advogado da empresa MIL MADEIRAS, faz uma apresentação sobre os problemas que estão ocorrendo sobre a questão da sobreposição. Cita que muitos dos cartórios do estado do Amazonas nos anos 1970 até o início dos anos 2000, sofreram muitas fraudes, principalmente na questão de áreas em que se diz que há um proprietário. Demonstra aos participantes as áreas da empresa, em que parte dos lotes estão registradas no SIGEF sobrepostas as propriedades da empresa Mil Madeiras. Informa também um caso de uma sobreposição em que a matrícula foi cancelada, mas que mesmo assim está constando no sistema SIGEF. Na sequência o Sr. Marcos, da empresa MIL MADEIRAS, demonstra os dados técnicos a respeito das sobreposições no sistema CAR. O Deputado Sinésio Campos, comunica que CAR é de responsabilidade do IPAAM e SIGEF é de responsabilidade do INCRA. O Sr. João Braga, Secretário da Secretaria de Estados das Cidades e Territórios (SECT), informa que encontraram inúmeros processos com esse tipo de problema e que essa situação é decorrente da forma de como os cartórios de antigamente atuavam. Por determinação do governador, afirma que estão implementando dentro da Secretaria formas para resolver os problemas de sobreposição. Sugere a escrituração de um termo de compromisso do órgão. Afirma que estão atendendo as empresas Eneva e Mil Madeiras para a resolução dos problemas atuais. Cita que a legislação deve ser cumprida. Parabeniza a iniciativa do Deputado Sinésio Campos e coloca o órgão a disposição para a resolução do problema. A representante da Superintendência do INCRA, Djalmayr Souza, comunica que estão com duas equipes em Boca do Acre fazendo arrecadação de terras devolutas, e informa que entregaram cerca de 40 títulos definitivos. Sobre a questão do SIGEF e do CAR, informa que muitas das terras não irão correlacionar porque usam bases de sistemas diferentes. SIGEF é a base fundiária federal, e o CAR é declaratório, que não possui precisão, e todas essas situações fazem com que os dois nunca consigam se integrar. Aponta que sempre defendeu tecnicamente que o CAR utilizasse a base do SIGEF, para possuir um nível de controle maior. Informa também que o próprio INCRA possui problemas com o CAR individual em projetos de assentamentos. Afirma que o órgão está à disposição para o diálogo e resolutividade dos problemas. Convida os representantes uma visita ao INCRA. Em seguida, analisa ambiental representando o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Maria Luziene, afirma que está à frente da área que cuida da agenda CAR do Estado. Declara que possuem apenas 10 analistas para analisar o CAR, e afirma que tem 81.888 cadastros para a revisão e licenciamento das áreas e dos imóveis. Comunica que analisam prioritariamente os que entram por licenciamento. Disserta que o órgão está interessado em arranjar uma solução para essa questão. Cita que o grande problema do Estado é o ornamento fundiário, afirma que se houvesse uma base confiável, que o órgão seria o maior interessado em resolver. Cita que 80% dos casos em um número de 81.888 existem alguma questão problemática relacionada a sobreposição. Afirma que existe um interesse do órgão de trazer dados que possuem. Acredita que é possível a criação de um grupo de trabalho para a resolução dos problemas. Coloca o IPAAM a disposição do grupo de trabalho. Complementando a fala da colega, o Diretor-presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas - IPAAM, Sr Juliano Valente orienta que o objetivo é profissionalizar os cartórios. Afirma que o IPAAM não possui competência para a fiscalização. Cita que os servidores do IPAAM procuraram entidades comprometidas com o desafio da fiscalização/aprovação do CAR. Disserta que o IDAM é peça fundamental para a resolução da questão. Informa que em outros estados possuem um maior número de servidores para a fiscalização do CAR, como por exemplo o Mato Grosso, que possui 800 servidores apenas para a análise do CAR. Cita que alguns tipos de financiamento e programa dos governos são dependentes da aprovação do CAR. Sugere alguns encaminhamentos: Apontar de maneira responsável um dos problemas, que é fase cartorial das terras, a necessidade de um maior número de servidores para trabalhar na questão do CAR, e envolver as entidades em um programa compartilhado para a ação do CAR, chamando o IDAM e inclusive as entidades parceiras. É sugerido de maneira geral pelos participantes da reunião a inclusão do IDAM, ANOREG, SEPROR, QUARTA ADL (EXÉRCITO, que fazem trabalho de cartografia), e também do desembargador

Jomar Fernandes, Corregedor Geral de Justiça - TJAM, que está cuidando de algumas questões parecidas no interior do estado. O Superintendente do SPU/AM, Mauro Souza, faz uma breve explicação das atribuições do órgão. Cita que faz alguns encaminhamentos, quando existem algumas áreas que estão na competência de outros órgãos e cita que o site do SPU demonstra o leque de opções das modalidades em que podem ser aplicadas. Se coloca à disposição para a resolução da problemática. Logo em seguida o Secretário de Estado de Energia, Mineração e Gás (SEMIG), Ronney Peixoto, disserta sobre essas questões fundiárias e cartográficas. Afirma que essas questões devem ter resolutividade, principalmente para facilitar a vida do empreendedor. Cita que antigamente, havia um Fórum de Cartografia e existia uma Comissão Nacional que reunia para a resolução de divergências. Sugere recriar o fórum junto com a ANOREG e com o 4ª ADL do exército. Dando prosseguimento, o Deputado Sinésio Campos, Presidente da CGRHMGES/ALEAM, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Nova reunião com os outros órgãos dia 16.11.2023 (quinta-feira, as 14h) (IDAM, ANOREG, SEPROR, 4ª ADL EXÉRCITO).
- Criação de um grupo de trabalho para tratar deste assunto.

Em seguida, o Deputado Sinésio Campos agradeceu a presença de todos e, sem mais demandas, deu por encerrada a reunião as 15h30min. É para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

Ata da Reunião Técnica com a Comissão Especial – CE, Reunião Técnica com o objetivo de debater e adotar providências sobre extrativismo mineral familiar na calha do rio Madeira, no Estado do Amazonas. MANAUS, 06 DE NOVEMBRO DE 2023. PRESIDENTE: SINÉSIO CAMPOS

Às treze horas do dia seis de novembro de dois mil e vinte e três, no Auditório Cônego Azevedo foram abertos os trabalhos sob a Presidência do Parlamentar SINÉSIO CAMPOS. O Senhor Presidente alegou que a reunião técnica foi motivada com objetivo de debater e adotar providências sobre o extrativismo mineral familiar na Calha do Rio Madeira. O Deputado Sinésio Campos apresentou um breve vídeo sobre a audiência pública que ocorreu em Humaitá no dia vinte e sete de outubro de dois mil e vinte e três. Ele enfatizou a humildade das pessoas presentes na audiência e ressaltou que o propósito desta reunião é encontrar soluções para atender às necessidades dessas pessoas. O Deputado destacou que a questão da mineração não deve ser tratada como um problema de polícia, mas como uma questão de ausência do Estado. O parlamentar enfatizou a importância de abordar essa questão como um problema social e não simplesmente delegar à polícia a resolução de tais problemas. Além disso, mencionou as queimas de balsas e enfatizou que essa prática não contribui para a solução dos problemas, mas, ao contrário, prejudica muitas pessoas, pois as balsas são propriedade de particulares e elas estão sendo destruídas. O Deputado Sinésio Campos enfatizou a importância da integração de órgãos para buscar soluções eficazes para os problemas relacionados à mineração. Ele também mencionou a criação da Secretaria de Mineração pelo Governador Wilson Lima como parte dos esforços para resolver as questões relacionadas a essa atividade. Após a fala, o Prefeito de Humaitá, Dedei Lobo, iniciou suas considerações, enfatizando que estão comprometidos com uma causa nobre, que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas na Calha do Rio Madeira. Ele destacou que, embora o Amazonas seja o sexto Estado mais rico do Brasil, a realidade do interior do Amazonas é uma das mais precárias do país, e essa discrepância é motivo de grande discordância. O Prefeito ressaltou que, enquanto o Estado do Pará prospera no setor extrativista, a indústria do Amazonas está em declínio. Ele destacou a necessidade de se estabelecer um entendimento com o governo federal, especialmente porque o Sul do Amazonas representa a última fronteira agrícola do país. O prefeito expressou sua gratidão ao governo do Estado do Amazonas e mencionou o compromisso do Governador Wilson Lima de realizar o zoneamento das áreas de produção. Ele também lembrou o tratado internacional que envolve a questão do mercúrio e a obrigação do Brasil de eliminar o uso do mesmo nas atividades mineradoras até 2025. Além disso, o prefeito enfatizou a importância da mineração na economia da calha do rio Madeira, movimentando cerca de 40% da economia regional. Em seguida, a Senhora Ana Paula Bittencour, Diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável Na Mineração, representando o Ministério de Minas

e Energia, parabenizou a ALEAM pela iniciativa de abordar um tema tão importante. Ela ressaltou a importância do extrativismo familiar como um meio legítimo de trabalho. A representante do órgão mencionou que possuem diversos projetos relacionados à sustentabilidade e ao extrativismo familiar. Ela informou que no Estado do Amazonas, o órgão está realizando visitas a três municípios, Humaitá, Manicoré e Borba, para abordar questões relacionadas à mineração. Ela destacou que o propósito dessas ações é assegurar que a atividade mineradora seja realizada de maneira sustentável tanto para os trabalhadores diretos quanto para as famílias envolvidas. Paula Bittencour também informou que estão colaborando com a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) para tratar dessas questões e que estão mantendo diálogos internos com diversos representantes do movimento cooperativista. Ela ressaltou o compromisso do órgão em buscar a integração da mineração com o bem-estar social, especialmente em relação às pessoas que atuam diretamente na comunidade que se beneficiam dos ganhos da mineração. A representante destacou que, embora a mineração e o extrativismo não sejam sempre bem aceitos pela maioria da sociedade, esse setor é extremamente relevante na questão da mineração familiar. Por fim, Paula Bittencourt reafirmou que o órgão do Ministério de Minas e Energia está à disposição para colaborar com outros órgãos e instituições interessados na busca de soluções relacionadas à mineração familiar e ao desenvolvimento sustentável. Ato contínuo, o Deputado Sinésio Campos, afirma a representante que irão instituir um grupo de trabalho executivo para tratar da questão extrativismo mineral na calha do rio madeira, e cita a importância da participação do órgão nesta atividade. Posteriormente, o Superintendente Regional do IBAMA, Joel Bentes Araújo Filho, expressou seu agradecimento pelo convite e destacou o papel do IBAMA no contexto do debate em questão. Ele mencionou que uma das principais questões em discussão é o licenciamento ambiental. A respeito do extrativismo na calha do Rio Madeira, ele informou que o Ministério Público Federal (MPF) tem um entendimento de que a responsabilidade pelo licenciamento é federal. No entanto, os servidores do IBAMA têm uma visão diferente, entendendo que a responsabilidade recai sobre os órgãos estaduais. Joel Bentes Araújo assegurou que o órgão pode trabalhar para dar celeridade aos processos e acolher com dignidade os cidadãos que o procurarem. Ele também reiterou que o IBAMA está à disposição para o diálogo e a colaboração com os demais órgãos e partes interessadas. Em seguida, representando a Polícia Federal do Amazonas, o delegado Adriano Sombra, expressou seu agradecimento pela presença de todos e concordou que a questão do garimpo não é apenas um problema de polícia. Ele ressaltou que quando a polícia é acionada, todos os limites já foram ultrapassados. Ele mencionou brevemente a Operação Draga Zero, na qual diversas comissões chegaram à localidade, interferindo no trabalho do órgão. O delegado enfatizou que a questão do garimpo é problemática em várias áreas, não apenas no Amazonas, abrangendo garimpos de terra, garimpos de rio, garimpos em poços, e destacou a complexidade sistêmica envolvida no garimpo ilegal. O representante mencionou as questões relacionadas às PLGs (autorizações concedidas pela Agência Nacional de Mineração, para a extração de minérios) fantasma, que são usadas para lavar ouro ilegalmente. Ele defendeu que essa questão deve ser debatida em âmbito nacional e que os responsáveis técnicos pelas PLGs devem ser responsabilizados por quaisquer fraudes. Sombra informou a participação de pequenos mineradores, bem como grandes mineradoras, com base em dados bancários obtidos por meio de operações de fiscalização. Enfatizou a necessidade de estabelecer várias temáticas e realizar estudos nas áreas mais vulneráveis, principalmente aquelas que podem sofrer um maior impacto ambiental. Ele argumentou que a fiscalização deve ser conduzida por órgãos independentes. Exemplificou algumas atividades de garimpo ilegal, onde as dragas afirmam estar em uma localização específica, mas, na hora da fiscalização, são encontradas em áreas indígenas ou proibidas. Sombra observou que a situação do garimpo no Japurá é diferente da do Rio Madeira. Ele também mencionou que, em algumas situações de mineração ilegal, os trabalhadores atuam de maneira irregular na localidade, sem o uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPI). Ato contínuo, o Deputado Sinésio Campos, concorda com a fala do delegado Adriano Sombra na questão da fiscalização dos grandes mineradores ilegais. Sem demora, o Diretor Técnico da Agência Nacional de Mineração, Gert Rodolfo, mencionou a legislação federal que rege a questão da mineração. Ele esclareceu que a fiscalização e o mapeamento mineral, tanto para pequenos quanto para grandes mineradores, são de responsabilidade dos órgãos federais. Ele destacou a importância da participação do Estado e da união nos projetos técnicos relacionados à mineração. Rodolfo sugeriu a criação de uma equipe de trabalho dedicada a abordar os desafios da mineração, ressaltando que a mineração não é o problema, mas sim parte da solução para questões ambientais globais. O

representante também enfatizou a necessidade da regularização da atividade mineradora, com a colaboração de todos os órgãos envolvidos. Ele finalizou sua fala reiterando a disponibilidade da Agência Nacional de Mineração para colaborar e discutir a questão da mineração e seus desafios. Após a fala, o Presidente da CGRHMCS, Deputado Sinésio Campos, agradeceu a contribuição de todos os presentes na reunião. Ele informou que o Conselho Estadual do Meio Ambiente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) está trabalhando em uma minuta que estabelece procedimentos a serem observados no licenciamento ambiental para a atividade de lavra garimpeira de ouro no Estado do Amazonas. O parlamentar ressaltou que essa é uma etapa fundamental e legal para permitir que as famílias que vivem nos municípios em questão possam desenvolver suas atividades de maneira regular. Dando continuidade, a Senhorita Ana Cláudia, Assessora Técnica da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), esclareceu que a área de sua responsabilidade está mais voltada para a questão dos povos tradicionais. Ela afirmou que a questão da mineração é competência da União, conforme previsto na Constituição. Quanto à minuta, Cláudia informou que não teve a oportunidade de examiná-la e sugeriu que a elaboração da minuta foi feita por outro setor dentro da SEMA. Sugeriu também a realização de pesquisas para identificar as áreas onde as minerações estão ocorrendo. Em seguida, o Secretário de Estado de Energia, Mineração e Gás do Amazonas (SEMIG), Ronney Peixoto, agradeceu ao grupo de trabalho liderado pelo Deputado Sinésio Campos. Ele mencionou que estiveram na região de Manicoré a convite do presidente da câmara, e que também estiveram em Humaitá para discutir a situação dos homens e mulheres trabalhadores daquela região. Peixoto enfatizou que todos os presentes na reunião compartilham um propósito comum e destacou que o Estado nunca pode virar as costas para essa população. Ele salientou que estão empenhados em defender as pessoas de baixa renda que vivem às margens do Rio Madeira. O Secretário expressou o desejo de realizar um diagnóstico prático naquela região. Ele mencionou perguntas importantes que precisam ser respondidas, como "Quem são essas pessoas? Realizam outras atividades? É possível realocá-las para outras atividades?". Ele também propôs georreferenciar todas as pequenas balsas para verificar se estão operando onde deveriam. Em relação à questão do mercúrio, Peixoto informou que o Estado possui tecnologia para a extração mineral sem o uso do mesmo. Ele ressaltou que essas questões devem ser resolvidas para que as pessoas possam garantir o sustento de suas famílias e para contribuir com a arrecadação de impostos para os municípios do interior. O Secretário encerrou sua fala reiterando a disposição de seu órgão para colaborar com todos os envolvidos a fim de encontrar soluções para os problemas em questão. Posteriormente, o presidente da Câmara de Manicoré, o Vereador Milton Neto, agradeceu a convocação da reunião. Ele informou que Manicoré realizou três audiências públicas para tratar da questão da mineração, o que resultou no desenvolvimento de políticas públicas em apoio ao extrativismo familiar. Ele mencionou que o município deixou de arrecadar aproximadamente 40% dos valores relacionados ao extrativismo. O vereador explicou que o garimpo é uma atividade sazonal, e muitos dos envolvidos vêm da agricultura familiar. Isso ocorre devido à necessidade de migração para garantir a sobrevivência econômica, uma vez que a agricultura é afetada pelas variações do nível do rio, que pode estar cheio ou em períodos de seca. Milton Neto compartilhou o impacto da seca do rio, que levou ao cancelamento do envio de dez mil toneladas dos produtores que trabalham no município. Muitos produtores migraram para o garimpo como uma alternativa para sustentar suas famílias. Ele enfatizou que estão reivindicando o estabelecimento de um marco legal para a mineração em Manicoré. Após a fala, a presidente da cooperativa dos garimpeiros da Amazônia (COOGAM), Tânia Oliveira Sena, expressou seu apoio à iniciativa do Deputado Sinésio na questão da legalização do extrativismo familiar no Estado. Ela mencionou que atualmente representa cerca de 38 proprietários de dragas. Tânia esclareceu que, embora as dragas sejam uma evolução das balsas, isso não significa que elas não sejam operadas por famílias ou que os envolvidos sejam garimpeiros. Ela informou que a primeira licença concedida a COOGAM para operações na calha do Rio Madeira (federal) foi concedida em 2011, abrangendo tanto dragas quanto balsas. No entanto, o Ministério Público Federal (MPF) solicitou a suspensão da licença, alegando que o Rio Madeira era um rio federal e, portanto, deveria ser licenciado pelo IBAMA. Por outro lado, o IBAMA alegou que o licenciamento deveria ser de responsabilidade do IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas). Tânia destacou a importância da extração mineral na geração de emprego e renda para mais de 40.000 pessoas que estão envolvidas nessa atividade há anos. Ela lamentou que quando a Polícia Federal realiza operações, as dragas, inclusive sendo moradia para alguns residentes, são incendiadas. Devido à instabilidade jurídica, a renovação da licença da cooperativa está pendente desde 2015. A presidente

mencionou que o processo de renovação possui mais de 400 folhas de documentação e salientou que a COOGAM nunca teve problemas relacionados a crimes ambientais quando estava com as licenças em vigor. Ela enfatizou a necessidade de apoio do Estado e concordou com a afirmação do Deputado Sinésio de que o garimpo é uma questão política, não de polícia. Tânia informou que a COOGAM apresentou um pedido de TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) ao IPAAM para a renovação da licença do Jutaí, com a proposta de monitorar todas as dragas em tempo real. Inclusive afirma que a COOGAM sugeriu a instalação do equipamento para monitoramento em tempo real dentro do próprio IPAAM. Ela concluiu afirmando que estão a favor do trabalho legalizado e citou a Lei 3.785/2012 do Estado do Amazonas. Dando continuidade, o Presidente da Câmara de Humaitá, Manoel Domingos, inicia sua fala agradecendo a todos os representantes dos órgãos presentes. Ele aborda a questão do extrativismo e das operações policiais que têm impactado a vida dos extratores familiares, resultando na destruição das dragas. Manoel Domingos concorda com a representante da COOGAM quanto à importância do monitoramento em tempo real das dragas para garantir a fiscalização da legalidade. Além disso, ele destaca a necessidade de encaminhamentos concretos para definir o futuro do garimpo e do extrativismo familiar, assegurando que esta reunião técnica será produtiva e resultará em bons resultados. Em seguida, a Doutora Marta Regina, representante da UEA, compartilha que a universidade está trabalhando em diversos projetos de relevância. Um deles visa abordar a questão do mercúrio, buscando substituí-lo na extração de minérios pelo extrato da planta (*Ochroma Pyramidale*), dando mais segurança a atividade. Além disso, a Dra. Marta informa que estão realizando testes na água para identificar qualquer alteração física ou química. Ela expressa o objetivo de estabelecer 100 viveiros nas calhas do rio Madeira até o final do próximo ano, e também de incorporar programas de educação ambiental para os jovens que vivem na região. Ato Contínuo, o Deputado Sinésio Campos, informa que a Dra. Marta estará presente no plenário no dia 7 de novembro para apresentar sua pesquisa aos parlamentares presentes. Após a fala, o Sr. Josimar Farias, da rede sustentabilidade, enfatiza a importância da segurança jurídica das leis, especialmente no que se refere ao projeto de lei do marco regulatório do Deputado Adjunto Afonso, que é inseguro juridicamente. Ele ressalta que o Estado tem a obrigação de disponibilizar recursos técnicos para apoiar os pequenos extratores na área de mineração. O Sr. Josimar Farias aborda os comentários feitos pelo Presidente da Câmara de Manicoré e destaca que a atual crise ambiental tem levado as pessoas a migrarem de uma atividade para outra em busca de sustento financeiro. Ele também menciona a questão do garimpo urbano, destacando a possibilidade de reutilização de equipamentos em atividades relacionadas ao extrativismo familiar. Posteriormente, o Presidente da Comissão, Deputado Sinésio Campos, enfoca as questões ambientais, salientando que, embora haja uma preocupação geral com o Estado do Amazonas, pouca atenção é dada aos povos que residem no interior do Estado. Ele discute as dificuldades enfrentadas pelos moradores das áreas remotas para realizar suas atividades. Em seguida, o garimpeiro Gilmar Leitão Cena, destaca a ausência da Marinha na reunião, ressaltando que os mesmos exigem cursos que permitam aos trabalhadores desempenharem suas atividades com segurança. Ele menciona que a legislação garimpeira existe e faz referência à aprovação da Lei 3.785/2012, aprovada nesse mesmo ano. Gilmar Cena também discute a destruição das dragas, enfatizando que tais incidentes não deveriam ocorrer. Além disso, ele aponta que no garimpo, cerca de 90% da produção é direcionada para cobrir os próprios custos, um fato reconhecido pela Receita Federal na prestação de contas dos garimpeiros. Após a fala, o Delegado da Polícia Federal, Adriano Sombra, reconhece que o objetivo da reunião é a defesa do pequeno extrativista. Ele menciona que os grandes garimpeiros geralmente obtêm concessões para áreas de extração mais extensas. Em relação aos processos minerários, ele destaca que muitas vezes os processos administrativos se arrastam indefinidamente, com pedidos de reconsideração que parecem não ter fim. Essa situação é uma realidade em vários Estados, incluindo o Amazonas. Posteriormente, o Dr. Rodrigo Lima, representante da UEA, faz uma apresentação sobre um projeto em parceria com a UFAM e várias outras universidades fora do Estado. Ele destaca o uso do cianeto de mandioca para realizar a extração do ouro e informa que estão em estágio avançado de pesquisa nesse projeto. Além disso, o Dr. Rodrigo Lima menciona que diversos países estão considerando investir no Brasil para aproveitar esse conhecimento. Dando prosseguimento, o Deputado Sinésio Campos, Presidente da Comissão, apresentou os seguintes encaminhamentos:

- Formação de um grupo de trabalho executivo, com os representantes dos órgãos, que será coordenado pela SEMIG.

- 1ª Reunião Técnica coordenada pela SEMIG (Quarta-Feira, 08-11-23).

Em seguida, o Deputado Sinésio Campos agradeceu a presença de todos e, sem mais demandas, deu por encerrada a reunião às 16h00min. E para constar, eu, Carlos Costa Filho, assessor da CGRHMGES/ALEAM, lavrei esta Ata.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas torna público que realizará o procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2023 - ALEAM**, tipo Menor Global.

Objeto: Contratação de empresa especializada em pesquisa com dados primários e secundários visando à implementação do projeto Observatório da Mulher contra a Violência no estado do Amazonas, conforme os quantitativos, especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.

Abertura: 01/12/2023, às 09h00min.

O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir desta publicação. Os interessados em participar do certame poderão solicitá-lo através do e-mail cpl@aleam.gov.br, no horário das 8 às 13 horas.

Manaus, 16 de novembro de 2023.

JULIO CESAR LANGBECK SOARES NETO
PRESIDENTE-CPL

CONSUMO CONSCIENTE

EVITE IMPRIMIR, UTILIZE O ALEAM DIGITAL PARA TRAMITAR DOCUMENTOS COMO OFÍCIOS E MEMORANDOS.



Solicite o seu cadastro



Acesse o sistema



Tramite os documentos

SUORTE AO USUÁRIO
[4340 ou 4341]



<http://aleam.ikhon.com.br/>

O consumo de papel pode representar até

60%

das despesas com material de expediente da Assembleia.

EVITE O DESPÉRDÍCIO



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA DO AMAZONAS

/ ASSEMBLEIAAM
WWW.ALE.AM.GOV.BR